

III CONGRESSO JURÍDICO DO CURSO DE DIREITO DA UEMS – UNIDADE DE AQUIDAUANA – II ENCONTRO CIENTÍFICO DO CURSO DE DIREITO

RESULTADO DEFINITIVO DOS TRABALHOS SELECIONADOS E SALAS VIRTUAIS DE APRESENTAÇÃO

A Comissão Científica do III Congresso Jurídico e II Encontro Científico do Curso de Direito da UEMS torna público o cronograma oficial de apresentação dos trabalhos aprovados, conforme a Retificação Nº 02/2025 do Edital.

Todas as apresentações ocorrerão de forma remota, via Google Meet.

A apresentação oral terá duração de 5 a 7 minutos, seguida de arguição da banca avaliadora por, no máximo, 3 minutos. **Solicitamos a todos os apresentadores que acessem o link da reunião com 10 minutos de antecedência.**

1. DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2025 (QUARTA-FEIRA)

- **Horário:** Das 14h00 às 18h00 (America/Campo_Grande)
- **Link da videochamada:** <https://meet.google.com/bfo-zrfx-rya>

Nº	TÍTULO DO TRABALHO
1	A TEORIA DO GARANTISMO PENAL DE LUIGI FERRAJOLI
2	TRABALHO ESCRAVO: BASTA A SANÇÃO PENAL?

3	RASTREABILIDADE FINANCEIRA E PROVAS DIGITAIS: O PAPEL DO BLOCKCHAIN NO COMBATE AO DESCAMINHO DE ELETRÔNICOS NO MATO GROSSO DO SUL
4	A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO TRIBUNAL DO JÚRI E A VIOLENCIA DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA
5	A CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA NO PROCESSO PENAL E AS CONSEQUÊNCIAS DE SUA VIOLENCIA
6	CRIMES AMBIENTAIS: O DEBATE SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DE CONDUTAS QUE CAUSAM DANOS AO MEIO AMBIENTE E A INEFICÁCIA DA LEI N. 9.605/98.
7	REDES SOCIAIS E SEUS INFLUENCIADORES COMO INSTRUMENTO DE LESÃO: ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE PENAL NAS PRÁTICAS PREDATÓRIAS DAS BETS SOB A ÓTICA DA LEI 14.790/2023
8	A REINCIDÊNCIA CRIMINAL DE EX-DETENTOS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SOB A ÓTICA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL
9	ROUBO E RECEPÇÃO DE MAQUINÁRIO AGRÍCOLA: DESAFIOS DA PERSECUÇÃO PENAL E DA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL NO BRASIL
10	REDES SOCIAIS E DIREITO PENAL: A APOLOGIA AO CRIME E A GLAMOURIZAÇÃO DO DELITO NO AMBIENTE DIGITAL

11	A COOPERAÇÃO PENAL INTERNACIONAL ENTRE OS PAÍSES DA ROTA BIOCEÂNICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS
12	O STANDARD PROBATÓRIO MÍNIMO E AS DECISÕES DE VEREDICTO DO TRIBUNAL DO JÚRI BRASILEIRO
13	O ESTELIONATO CIBERNÉTICO E A CRISE DE ADAPTAÇÃO DO ESTADO DIANTE DA CRIMINALIDADE DIGITAL
14	EVASÃO DE TRIBUTOS PELO DESCAMINHO E SEUS IMPACTOS NA SUSTENTABILIDADE DAS CONTAS PÚBLICAS: UM ESTUDO SOBRE O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
15	A CRISE DO SISTEMA PENAL ENTRE O JULGAMENTO ÉTICO E MIDIÁTICO
16	O EFEITO REBOTE DO POPULISMO PENAL: JOVENS CÁRCERE E O MITO DA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE
17	Exploração sexual em fronteiras e turismo sexual: um desafio à política criminal brasileira
18	A VULNERABILIDADE DA MULHER E A LEI MARIA PENHA: OS DESAFIOS DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA NA PREVENÇÃO DO FEMINICÍDIO EM MATO GROSSO DO SUL

19	A EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA EM MATO GROSSO DO SUL
----	---

2. DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2025 (SEXTA-FEIRA)

- **Horário:** Das 08h00 às 12h00 (America/Campo_Grande)
- **Link da videochamada:** <https://meet.google.com/mup-zkwo-tbc>

Nº	TÍTULO DO TRABALHO
20	ESTUPRO DE VULNERÁVEL: A TENSÃO ENTRE A PRESUNÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL E A REALIDADE SOCIAL BRASILEIRA
21	A RELAÇÃO ENTRE REDES SOCIAIS, JOVENS E CRIMINALIDADE
22	ADAPTAÇÃO DO DIREITO PENAL AOS AMBIENTES VIRTUAIS: CIBERCRIMES E A VULNERABILIDADE DIGITAL
23	REDUZIR PARA PUNIR? UMA ANÁLISE CRÍTICA DA REDUÇÃO DA MAIORIADE PENAL
24	DA TAXATIVIDADE À INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA: O PAPEL DA JURISPRUDÊNCIA NA EXPANSÃO DO INSTITUTO DA REMIÇÃO DE PENA

25	A ANOMIA CAUSADA PELO ARTIGO 241-D DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO
26	GARANTISMO PENAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS: DESAFIOS DA FUNÇÃO DA PENA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO
27	OS REFLEXOS DA CRIMINALIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO IRREGULAR NOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL
28	CRIMES DE BAGATELA: A APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA EM CASOS DE FURTO
29	INFÂNCIA E DELINQUÊNCIA: A LINHA TÊNUE ENTRE SER UM CIDADÃO A SER FORMADO OU UM CRIMINOSO A SER PUNIDO
30	REFLEXÕES SOBRE A INTERSEÇÃO ENTRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, DIREITO PENAL E ÉTICA: UM DIÁLOGO COM "O MÁGICO DE OZ"
31	O DESACATO COMO INSTRUMENTO DE ABUSO DE AUTORIDADE: A SELETIVIDADE PENAL NA ATIVIDADE POLICIAL
32	DIVERGÊNCIAS INTERPRETATIVAS ENTRE STJ E STF SOBRE OS LIMITES DA PROVA: DESAFIOS À UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA

33	A REPRESSÃO À ADULTIZAÇÃO E À EXPLORAÇÃO DIGITAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A (IN)ADEQUAÇÃO DO ORDENAMENTO JURÍDICO PENAL BRASILEIRO E DO ECA À LUZ DA "LEI FELCA"
34	REDUÇÃO DO ENCARCERAMENTO EM MASSA
35	COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: PERSPECTIVAS SOCIAIS E TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DO DIREITO PENAL
36	FORO ÍNTIMO: A ÉTICA POR TRÁS DA DEFESA DE UM CULPADO
37	A ABOLITIO CRIMINIS SELETIVA E O DIREITO PENAL BRASILEIRO: O CASO "8 DE JANEIRO" COMO PARADIGMA DE TENDÊNCIA LEGISLATIVA E CONSTITUCIONAL
38	O RETROCESSO PENAL SOB O PRETEXTO DA PROTEÇÃO: O CADASTRO PÚBLICO DE CONDENADOS POR VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O ENFRAQUECIMENTO DA FINALIDADE RESSOCIALIZADORA DA PENA

Aquidauana/MS, 08 de novembro de 2025.

Comissão Científica do II Encontro Científico